



OS PRIMEIROS COTISTAS RACIAIS NA UEM: TRANSFORMAÇÃO, VIVÊNCIAS E RESISTÊNCIAS

Emily Camilly Silva Damasceno do Carmo (Universidade Estadual de Maringá)

Marivânia da Conceição Araújo (Universidade Estadual de Maringá)

E-mail para contato: ra134059@uem.br

Resumo:

O presente projeto, intitulado "Os primeiros cotistas raciais na UEM: transformação, vivências e resistências", tem por finalidade elucidar o impacto da ação afirmativa de cotas raciais na composição do corpo discente da Universidade Estadual de Maringá. A partir das trajetórias de vida dos ingressantes cotistas, pretende-se entender de que maneira essa política impactou a entrada desses alunos na universidade, considerando que muitos estudantes negros são os primeiros de suas famílias a alcançarem o ensino superior. Ademais, o projeto visa apontar melhorias que podem ser feitas na execução da política e demonstrar a importância e relevância dessa ação afirmativa, que está para além do espaço universitário. Tendo em vista que o conhecimento científico e a capacitação profissional especializada são construídos dentro da academia, o imaginário social torna-se consequência dessa produção, implicando na qualificação da população preta e parda. Através de entrevistas semiestruturadas e da antropologia audiovisual, o projeto buscará colher relatos desses alunos a fim de evidenciar os resultados da política de cotas raciais.

Palavras-chave: Cotas raciais; Universidade; Permanência e Ação afirmativa.

1. Introdução

Os debates sobre temáticas raciais na Universidade Estadual de Maringá (UEM), vem sendo promovidos pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares Afro-brasileiros (NEIAB-UEM), assim como, as primeiras discussões sobre as cotas raciais que também teriam se iniciado pelo Núcleo de Estudos. No ano de 2008, as cotas sociais foram aprovadas e as



raciais rejeitadas, foram mais de 10 anos de luta até a efetiva conquista pela ação afirmativa, que promove o acesso da população negra à Universidade, povo esse que historicamente é discriminado e oprimido de maneira sistemática e estrutural. As cotas raciais são políticas de ações afirmativas com o propósito de diminuir a desigualdade racial e uma das alternativas que proporcionam a democratização e diversidade dos variados espaços, bem como, a Universidade.

No histórico dia de 20 de novembro de 2019, as cotas raciais foram aprovadas na UEM, um dos dias mais importantes para militantes dos movimentos negros de Maringá e região, membros do NEIAB-UEM, do Coletivo de Juventude Negra Yalodê-Badá e do Conselho de Promoção de Igualdade Racial de Maringá (COMPIR). Toda luta, energia, movimentação, conquistou uma política importante para a Universidade, simbolicamente, no dia da Consciência Negra e de Zumbi dos Palmares. Mesmo com o retardo pela implementação dessa política, que já existira há anos em outras Instituições de Ensino Superior (IES), após essa vitória, a composição e representação discente da Universidade, estaria prestes a sofrer impacto.

No censo de 2021 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) 56% da população se autodeclarou Negra (segundo o IBGE, considera-se negra, a população que se autodeclara como preta ou parda), e na composição universitária, um espaço majoritariamente integrado por pessoas brancas, a população negra continua sendo minoria, porém, com a implementação da política de cotas raciais há uma possibilidade muito maior de haver um aumento significativo nesse quadro.

A Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, estabelece as diretrizes e regras sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, dispendo especificamente sobre os percentuais de vagas que devem ser preenchidas por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação. A partir de sua entrada em vigor, todas as universidades federais e as instituições federais de ensino técnico de nível médio passaram a ser obrigadas a reservar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das vagas para estudantes que tenham cursado



todo o Ensino Médio em escolas da rede pública (critério de escolaridade), com renda per capita de até um salário mínimo e meio (critério socioeconômico), com distribuição proporcional das vagas entre pretos, pardos, indígenas (critério étnico-racial) e pessoas com deficiência, de acordo com a proporção destes grupos no estado da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do IBGE. (Brasil, 2022)

Para além das cotas raciais enquanto ações afirmativas, as políticas de permanência estudantil também devem entrar em discussão, pois a união delas contemplam os alunos a permanecerem fisicamente na universidade, como auxílio-alimentação, moradia estudantil, acompanhamento psicológico/psiquiátrico, bolsas remuneradas de inclusão social e permanência para alunos em vulnerabilidade socioeconômica. A implementação das cotas raciais as IES, como a UEM, do mesmo modo que possibilita o acesso a espaços negados a população que sempre foi atravessada de modo violento e exclusivo pelo racismo, proporciona a permanência simbólica aos alunos, pois a composição discente para a ser diversificada, promovendo uma presença maior de alunos negros na sala de aula. Discutir permanência simbólica, é discutir identificação, sentimento de pertencimento, de conforto, ademais, discutir relações étnico-raciais em sala. Ter professores negros, ler autores negros, também culminam para que essa permanência simbolize pertencimento aos cotistas raciais, pois quando há uma identificação com o ambiente, sabe-se que é merecido estar lá.

A política de cotas raciais, de modo geral, impacta positivamente a sociedade, não apenas os cotistas. Ter mais pessoas negras dentro da universidade, significa um aumento na qualificação das mesmas, o que possibilita uma ascensão. “Racismo, como processo histórico e político, cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática (2018, ALMEIDA)”.

A parcela da população contrária às cotas raciais, utiliza-se de argumentos ignorantes para invalidá-la, afirmando que: “cota é esmola”, “privilégio”, reforça o racismo, rouba vagas e diminuem a qualidade do ensino, argumentos que, por sua vez, exclui e nega a presença da discriminação racial no Brasil. Entretanto, além do respaldo da política de ação afirmativa, ser cotista racial, pode haver possibilidades de estar vulnerável a outras



questões, como invalidação da capacidade intelectual, exclusão e discriminação por parte de docentes e discentes, justamente pelo pensamento negativo e contrário a essa política.

A efetividade das cotas raciais, deve ser pautada e questionada a quem é destinada essa política, compreender o impacto e a importância que ela teve sobre a vida do mesmo, e entender que muitas vezes os cotistas raciais são os primeiros da família a entrarem na universidade, justamente pela exclusão sistemática estrutural da população negras desses espaços de poder. Contudo, como supracitado, cotistas podem sofrer represálias dentro do ambiente universitário, questionar até que ponto a lei é efetiva e em qual momento ela pode ser um empecilho, bem como, estar passível de sofrer exclusão dentro da sala de aula e ter dificuldade em interagir com os demais alunos.

As cotas raciais têm mostrado quão racistas somos nós, pois elas fazem cair as máscaras daqueles que discursavam pela igualdade, mas que não suportam a equidade. Uma prova de que a universidade precisa superar o racismo reside no próprio fato de que a presença de mais negros nesse ambiente gera ressentimento entre setores da instituição e da sociedade. É como se tivesse sido tirado deles o privilégio de ocupar os espaços na universidade em quase sua totalidade. (Gomes, 2019)

Esse projeto vai visar compreender o impacto que a política afirmativa de cotas raciais tem sobre os cotistas, e de que maneira ela promove a integração e a diversidade dentro do espaço universitário. A partir da análise individual da realidade e trajetória de cada cotista, entender a efetividade e possíveis adversidades que os alunos enfrentam. Vai buscar analisar as experiências dos cotistas no contexto pandêmico, pois o primeiro ano de vigência das cotas foi durante a pandemia de COVID-19. Tendo em vista a efetividade e o impacto positivo da lei de cotas raciais, lutar em prol da equidade racial, é respeitar a diversidade do outrem de acordo com suas vivências e particularidades, dar força ao subalterno, poder ao oprimido, voz ao silenciado e oportunidade ao excluído. Defender políticas de ações afirmativas que possuem como propósito a melhoria na realidade de um povo historicamente acometido pela



exclusão, é ter ciência do passado trágico decorrente da escravidão, que afeta, estrutura-se e institucionaliza-se, até a atualidade.

2. Metodologia

O projeto visa uma pesquisa qualitativa, com uso de entrevista semiestruturada, além de análise bibliográfica para confirmação de dados. Contará também com registros audiovisuais, englobando estudos da antropologia audiovisual, os arquivos resultados da pesquisa serão armazenados para análises científicas posteriores. A entrevista qualitativa é importante, segundo Poupart (2021, p. 216), pois é ela que nos proporciona compreender os dilemas internos dos atores sociais. As questões da entrevista terão como objetivo conhecer a opinião dos cotistas, vivência e permanência, seja econômica, de socialização e até de entendimento dos estudos das matérias cursadas.

A amostra será feita com um grupo relativamente homogêneo em “um meio organizado pelo mesmo conjunto de relações socioculturais” (Bertaux, 1920 apud Álvaro Pires, 2012, p. 200) É importante destacar que a pesquisa será feita em um universo de análise fechado, principalmente para formar uma ideia de unidade natural, buscando uma completude e permitindo uma observação mais direta (PIRES, 2012; p. 181).

Por fim, a amostragem foi selecionada pela facilidade de acesso pelos pesquisadores, como também pelo escasso tempo de pesquisa, também vale destacar o alto detalhamento vindo de amostras menores, o que traz maior credibilidade e totalidade dos fatos. Para a entrevista semiestruturada será usado o conceito de Márcia Lima (2016, p. 27): “Na semiestruturada, o entrevistador segue um determinado número de questões principais e específicas, em uma ordem prevista, mas é livre para incluir outras questões.” Seguindo o modelo apresentado pela autora, a pesquisa segue esse o roteiro de entrevista:

Cronograma

Fase 1 (3 meses) - Pesquisa bibliográfica: uma revisão e análise de pesquisas anteriores, com o mesmo tema. apontam caminhos a serem seguidos, para além há necessidade de um arcabouço da antropologia audiovisual e metodológico bem definido;



Fase 2 (2 meses) - Solicitação ao comitê de ética: como o trabalho tem como base entrevistas audiovisuais semiestruturadas há necessidade de enviar o projeto ao comitê de ética para uma avaliação que dura em torno de 30 a 40 dias;

Fase 3 (5 meses) - Entrevistas audiovisuais: com a aprovação do comitê de ética é possível passar para a próxima fase, identificação dos cotistas e entrevistas audiovisuais, criando um conteúdo sólido e documental;

Fase 4 (2 meses) - Análise e organização dos dados coletados: antes da última etapa é importante fazer uma análise e organização do material coletado para fazer uma correlação com a bibliografia pesquisada.

Fase 5 (2 meses) - Escrita do relatório e artigos: por fim, passar toda a análise feita anteriormente ao papel, de forma científica, para relatório final e artigos futuros.

3. Resultados e Discussão

O presente projeto não alcançou os resultados esperados e necessários para a desenvoltura total da pesquisa. Por se tratar de um debate muito extenso que possui uma metodologia mais trabalhosa que demanda mais tempo, a entrega dos resultados e discussões da pesquisa será prorrogada. A complexidade prática desse projeto exige mais pessoas envolvidas para realização das partes, o que não foi possível a obtenção dentro do prazo necessário. Ademais, as pessoas necessárias para a realização do mesmo, já foram captadas, em breve, o objetivo dessa pesquisa será alcançado.

Os resultados parciais obtidos até o momento se encontram entre pesquisa documental e bibliográfica, estruturação da entrevista, cronograma de atividades a serem executadas, materiais necessários para os produção audiovisual, incluindo equipamentos e organização do espaço físico. Como supracitado na metodologia, esse projeto nasceu com a intenção de se tornar material de análise da política de cotas raciais, para que, posteriormente possa ser utilizado como base para produção de outros projetos e de um livro. Por ser tratar da vida pessoal dos alunos, devemos manter a integridade dos mesmos, por isso, separamos o termo



do uso de imagem para garantir que não tenhamos problemas futuros com a reprodução das gravações, além do trâmite pelo comitê de ética.

4. Considerações

Discutir cotas raciais está para além de um debate dentro do âmbito acadêmico, pois, o que é produzido dentro da Universidade, é estendido para a sociedade. O reflexo dessa produção se dá no mercado de atuação, no mercado de trabalho, quando qualificamos pessoas que historicamente sempre estiveram em papéis de subempregos, possibilitamos a construção de uma nova perspectiva de realidade. Devemos tratar a política de cotas raciais como uma maneira de possibilidade de mudança no nosso imaginário social, não como um privilégio. O peso de ser o primeiro da família a entrar na Universidade é muito grande, ainda mais para famílias onde há integrantes que se quer terminaram o ensino básico, mas, que sempre viram na educação, uma forma de mudança e de esperança.

Referências

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte, MG: Letramento, 2018.
- FELIPE, Delton Aparecido; LIMA, Fernanda da Silva. *Cotas raciais: gestão, implementação e permanência*. Santa Cruz do Sul: Essere nel Mondo, 2022. 144 p.
- LIMA, M. O uso da entrevista na pesquisa empírica. In: ABDAL, A.; OLIVEIRA, M. C.; GHEZZI, D. (orgs.). *Métodos de pesquisa em ciências sociais. Bloco Qualitativo*. São Paulo: Cebrap, Sesc, 2016.
- PIRES, A. Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. In: POUPART, Jean et al. (orgs.). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 175-183, 196-208.